

O LUGAR GENETICAMENTE MODIFICADO

Lineu Castello



Shopping Center Praia de Belas - Porto Alegre

Foto: Laura Marques

INTRODUÇÃO

Que o conceito de *lugar* é básico para a fundamentação da disciplina arquitetônico-urbanística é compreensível: lugar é, afinal, objeto intrínseco da disciplina. Já a variabilidade na ênfase com que o conceito vem sendo tratado no desenvolvimento de pesquisas sobre cidade e urbanismo, aí já é mais difícil compreender. Mesmo assim, a atenção que é dada ao conceito no ideário da disciplina mostra-se recorrente. De um enfoque eminentemente funcionalista com que foi contemplado durante o auge do período modernista, tudo está a indicar que *lugar*, atualmente, passa a receber uma merecida perspectiva existencial. Por isso mesmo, surgem novas preocupações trazidas por aportes originários de outros campos disciplinares, além daqueles próprios da Arquitetura-Urbanismo. Ajudam a trazer contribuições à explicação de como os novos lugares estão hoje sendo gerados e apropriados por seus usuários – lugares novos que refletem, seguramente, a ocorrência de alterações no processo responsável por sua gênese – lugares dos quais se pode, até mesmo, contemplar como sendo *lugares geneticamente modificados*.

Ora, isso induz a questionar se a própria conceituação de lugar não estaria experimentando alguma variação no âmago do ideário arquitetônico-urbanístico. E, por extensão, a investigar quais manifestações poderão decorrer dessa variação.

O presente texto buscará desenvolver esses questionamentos e o fará começando por recordar o conceito de *lugar* no ideário arquitetônico-urbanístico. Só que, ao fazê-lo, necessitará recorrer aos aportes que outras disciplinas trazem ao desenvolvimento do conceito, sem os quais, estar-se-ia descurando de um considerável acervo de reflexões acerca da cidade e de seus lugares já elaborado nos contextos de variados campos científicos, muito particularmente, no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Nestas, é claro, é onde se localizam mais confortavelmente as pesquisas voltadas a incrementar a compreensão da cidade. Mas, não só nelas são notáveis os avanços que a conceituação de *lugar* vem adquirindo: as Ciências Humanas não cessam, igualmente, de trazer constantes surpresas no registro de variações conferidas ao conceito. O trabalho irá pinçar, então, alguns progressos alcançados tanto no campo das Humanas quanto no das Sociais, de modo a ressaltar aqueles que estabelecem repercussões mais fortes quanto às atualizações que necessitam ser agregadas ao conceito, na área de Arquitetura-Urbanismo. Entre eles, dois serão destacados: o que move o conceito de sua explicação *funcional* tradicional para uma nova interpretação *existencial*; e o que tenta extrair das contribuições de outras disciplinas, a parcela de explicação que porventura podem trazer para se entender a *gênese* dos novos lugares das cidades atuais.

A PERTINÊNCIA DO LUGAR

Mais de 80% da população brasileira vive em meios urbanos. Disso decorre que a busca de melhor qualidade de vida nesses meios é meta da

qual ninguém ligado ao estudo e ao desenho do ambiente construído pode sequer cogitar em desviar-se. E de também aventar-se a hipótese de que um aumento na oferta de novos lugares urbanos pode contribuir para o aperfeiçoamento dessa qualidade.

Sabe-se que há uma crescente variedade na oferta dos *novos lugares* urbanos, que se apresentam sob diversas configurações: “shopping malls”, cenários históricos revitalizados, praças de alimentação, locais de entretenimento, complexos esportivos, complexos híbridos, cinemas multiplex, museus, bibliotecas – enfim, lugares que tentam “clonar” certas qualidades encontradas em outros lugares e percebidas como responsáveis pelos atributos gozados por esses lugares.

Sendo assim, parece previsível que a incorporação de tais lugares ao cotidiano das populações urbanas seja desejável: com ela, poderiam ser atendidas as aspirações da população em relação àquelas características da vida urbana entendidas como produtoras de “urbanidade”.¹ Ao contrário, entretanto, é bem freqüente encontrar críticos do mundo cultural que censuram com alguma veemência essas manifestações da sociedade contemporânea, repetindo que os lugares assim criados são inautênticos e artificiais. Todavia, não é o que parece se passar com o grosso da população. Aparentemente, o dia-a-dia da realidade urbana está a mostrar que é cada vez mais freqüente encontrar-se pessoas de *todas* as camadas sociais desfrutando prazerosamente de suas experiências de vida nos novos lugares oferecidos nas cidades contemporâneas, afastando qualquer idéia de unanimidade que se possa ter em relação a sua rejeição popular.

Os pesquisadores de nossa área, ao que tudo indica, ante enfrentar a questão com alguma mínima curiosidade científica, parecem fingir que ela é descartável e de seriedade secundária. Não é. Ela é de relevância fundamental: os parques temáticos proliferam, os shoppings são já as novas pracinhas de convívio e de urbanidade das cidades. E isto, para pobres e para ricos. Mesmo nas cidades brasileiras, da mais notória desigualdade social do mundo. Torna-se importante, então, um número maior de pesquisas sobre a temática dos novos lugares urbanos, de modo a contribuir para o lançamento de bases sobre as quais trabalhar uma temática que é sabidamente polêmica, mas cuja abordagem necessita ser conduzida por investigações que saibam se isentar de preconceitos paralisantes e pré-julgamentos precipitados. Para assim produzir indagações que possam se tornar reveladoras de *como* é a experiência de viver melhor em cidades no século XXI, enquanto se desfruta dos benefícios proporcionados por lugares que se abrem à percepção humana como carregados de *urbanidade*.

Neste sentido, o presente texto pode ser visto como uma continuidade da premissa levantada em outro artigo também publicado em ARQTEXTO² e que questionava se *haveria lugar para os lugares novos que se criam nas cidades atuais*. E que as incontáveis implicações desses novos lugares em assuntos da maior relevância, como a poderosa interferência que exercem no mundo do social e do econômico, poderão se tornar bem-

vindas para a qualidade de vida que nós, da área do projeto arquitetônico-urbanístico, queremos constantemente fazer avançar e aperfeiçoar.

○ LUGAR DO LUGAR NA DISCIPLINA ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICA

Há boas indicações de que *lugar*, na área de Arquitetura-Urbanismo, está (felizmente) conseguindo restabelecer seu merecido lugar. A trajetória do conceito no corpo da disciplina é abordada, neste trabalho, sob duas aproximações. A primeira delas acompanha a transição que o conceito parece experimentar em duas temporalidades marcantes da disciplina: a do tempo do Movimento Moderno; e a do tempo atual, no chamado Urbanismo Pós-moderno (ELLIN, 1999). A outra, ressalta o quanto de transdisciplinaridade necessita ser reconhecida na conceituação de lugar, para o mais claro entendimento dos *novos lugares urbanos*.

De fato, não é difícil constatar que o interesse por *lugar* percorreu todo o período altamente decisivo exercido pelo Movimento Moderno de maneira não mais do que “morna”. Repensar o conceito – ou a crise experimentada pelo conceito ao longo do Modernismo – é de extrema pertinência para o reequilíbrio dos fundamentos teóricos da área, porque, dessa forma, poder-se-á chegar a uma desejada oxigenação às concepções que o ideário de nossa área atribui a *lugar*.

Uma das principais fontes de mudanças nas bases do conceito de lugar se deve às tentativas de resposta que a área buscou dar em relação à hegemonia do ideário modernista, prevalecente até pelo menos meados dos anos 1960. Nesse período foi publicado o manifesto que iniciaria profundos questionamentos críticos ao Modernismo em Arquitetura e Urbanismo. Kate Nesbitt (1996), professora de reconhecido prestígio na área, responsável pela publicação de uma premiada antologia de teoria arquitetural, localiza em “Complexity and Contradiction in Architecture”, o famoso livro de 1966 de Robert Venturi, o manifesto que provocou a germinação básica de tais questionamentos. A partir do lançamento desse livro abriu-se uma “caixa de Pandora” voltada a reexaminar com intensidade as obras uniformemente canônicas do Modernismo, reexame para o qual muito contribuíram paradigmas extradisciplinares, já que “(...) os arquitetos da área acadêmica passam a tomar emprestado novos paradigmas de pensamento de outras disciplinas. Esse período revisionista, de cunho pluralista, pode ser caracterizado como pós-moderno, expressão que é um verdadeiro guarda-chuva a recobrir significados” (NESBITT, 1996, p. 12, tradução livre).

Com isso, já se ingressa na temporalidade atualmente experimentada pelo conceito de lugar em nossa disciplina, cuja característica mais marcante é a maneira pela qual a disciplina passa a abordar *lugar* através de uma persistente consulta em conteúdos que provêm de *outras* áreas do conhecimento. Aliás – nunca é demais lembrar – talvez seja este um dos poucos tópicos em que a teoria arquitetônico-urbanística aceite efetivamente, ainda que com alguma reticência, os pareceres oriundos de outras áreas, o que já representa uma abertura

extremamente saudável para a área.

A expressão *pós-modernismo*, por outro lado, requer uma boa dose de cautela em seu emprego, já que são incontáveis as diversas intenções e sentidos que a ela se conotam. É prudente, então, acentuar que o emprego em nossa área daquele “guarda-chuva”, como refere Nesbitt, deve ser precedido pelo cuidado de nele estar envolvida uma certa bipolaridade, que ora leva a argumentos francamente *pró-modernistas*; ora se vale de tintas altamente *anti-modernistas*. Ou, como se lê em outra antologia também de extrema influência no pensamento arquitetônico-urbanístico dos últimos anos do século XX: é possível reconhecer uma simultaneidade entre um “pós-modernismo de reação” ao qual se antepõe um “pós-modernismo de resistência” (FOSTER apud LEACH, 1997, p. xiv).³

Atribui-se a essa abertura a contribuições multidisciplinares, manifesta no pós-modernismo, a principal causa das mudanças percebidas no conceito de *lugar* no campo da Arquitetura-Urbanismo, já que ela deixa suficientemente clara a importância conferida por outras disciplinas às permanentes elaborações no conceito.

De modo geral, é possível destacar dois grandes momentos que o conceito de *lugar* atravessa ao longo do século XX: (i) o do relativo desinteresse pelo conceito de *lugar* no Modernismo; (ii) e a volta do interesse pelo conceito de *lugar* no avançar da teoria arquitetônico-urbanística, já numa condição de pós-modernidade.

○ LUGAR NO MODERNISMO

○ futuro do ser humano *moderno*, na ordenada colméia que a Arquitetura-Urbanismo previa para o novo *habitat* desse novo ser humano, já estaria pré-determinado através de traçados rigorosamente racionalizados: “No futuro (...) a abelhinha humana ficará moldada (...) de modo a fazer uma coisa em cada tempo e em cada lugar específico, o que estará bem de acordo com a futura racionalização de toda a vida humana” (HUGHES, 1980, p. 184, tradução livre).

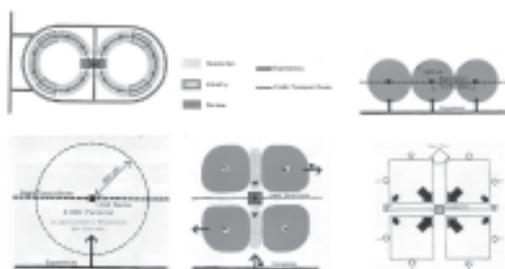
○ conceito de lugar não chega a ser expresso de maneira clara no Modernismo. A expressão *lugar* permanece geralmente subentendida, ainda que sempre recebendo um forte e explícito viés de funcionalidade: lugares seriam aqueles espaços urbanos cuidadosamente localizados, quantificados e definidos, destinados basicamente ao desempenho de funções de cunho social. Ou seja: espaços nos quais as pessoas iriam se encontrar e realizar seus contatos sociais, esperando-se que, nesse exercício, fossem sociabilizar comunitariamente em seus relacionamentos interpessoais. Lugares, numa visão como essa, não seriam mais do que áreas funcionais destinadas ao exercício da sociabilização, isto é, áreas destinadas a funcionar como espaços de convívio. Vistos assim, os lugares urbanos têm sido objeto de constante interesse da disciplina. É dentro dessa conceituação que nascem, por exemplo, os desenhos dos centros de convívio e dos núcleos de uma área de vizinhança, dos “lugares” de encontro onde se deve dar o

congraçamento dos moradores. Os “centrinhos” das unidades de vizinhança, tão cuidadosamente modelados nos planos das Cidades Novas britânicas, são, talvez, os exemplares mais ilustrativos da corrente (Figura 1). São igualmente ilustrativas dessa visão as variadas indicações sobre como e onde estabelecer, na estrutura urbana, as localizações prognosticadas como ideais para o desempenho das funções de convívio, seja nos espaços junto às soleiras das casas, nas paradas de transporte público, ou nos espaços ditos *gregários*, como os do plano de Brasília desenhado por Lúcio Costa. Ou até junto às teorias inspiradas aos urbanistas pelos geógrafos, com suas organizadas redes de “lugares centrais”. Sempre sob as ordens de um enquadramento conceitual dominante: os lugares devem ser espaços que conduzam a população a realizar as funções previstas pelo ideário modernista como sendo úteis para o funcionamento das cidades, preferencialmente, as das oportunidades que as cidades devem oferecer para o desenvolvimento de contatos interpessoais.

A própria ética que marca o desenho arquitetônico do início do Modernismo – uma ética caracterizada por exaltar uma radical exigência por ambientes e edificações em condições assépticas e de perfeita salubridade e higiene – torna-se responsável por construções reguladas por estreita obediência a requisitos programáticos e funcionais, acabando por motivar espaços tecnicamente lógicos – objetos espaciais – se bem que profundamente distanciados das características do contexto aonde seriam introduzidos e aonde deveriam funcionar como agentes sociabilizadores (CARMONA et al., 2003).

É precisamente esse rigorismo conceitual que começa a causar os primeiros problemas.

Os lugares, certamente, não escapam de um destino assim severamente planejado: acompanhando algumas das experimentações postas em prática, não tarda a despontar um certo desapontamento no seio da profissão quando do reconhecimento de uma relativa *intraduzibilidade*, a ocorrer na passagem do conceito de lugar para as reais possibilidades de sua concretização prática. A área, embora reconhecendo tacitamente que os lugares projetados no âmbito do Urbanismo Modernista estavam extremamente bem definidos em termos técnicos, passa a perceber que é o funcionamento desses lugares como locais de congraçamento urbano o que está concretamente deixando a desejar: o projeto de lugar, na verdade, não estaria se traduzindo por uma eficaz *materialização* de lugar, e, menos ainda, não estaria alcançando a tão almejada geração de “sociabilidade” que os lugares deveriam fomentar. A crítica teórica de Arquitetura-Urbanismo começa a se dar conta de que as técnicas avançadas para projetar espaços urbanos destinados a se transformar em lugares urbanos não seriam assim tão eficazes como se gostaria de crer. E – pior – independentemente delas, estariam pontuando nas cidades certos espaços percebidos pela população como *lugares urbanos*, nos quais, surpreendentemente, vicejaria a



1
Cidade-Nova de Runcorn, Reino Unido: diagramas para distribuição, localização e dimensionamento dos centros locais de convivência. Projeto: Arthur Ling & associates.

Fonte: Runcorn New Town Master Plan. Nottingham: Hawthornes, 1967.

manifestação de uma qualidade essencialmente urbana – a urbanidade – mesmo que, em suas origens, tais espaços nem sempre tivessem recebido apoio projetual específico, havendo casos em que a geração desses lugares se processara até de forma espontânea.

Difícil de concretizar, a idéia de projetar *lugar* passa, então, a ter seu interesse precocemente diminuído.

O LUGAR NO PÓS-MODERNISMO

Nesbitt é uma das primeiras autoras a perceber a retomada do interesse por *lugar* no ideário arquitetônico-urbanístico. Diz ela:

No caso da teoria arquitetônica pós-moderna, é também adotado um posicionamento forte em relação à cidade como um artefato cultural, e a **lugar**, no sentido fenomenológico. Ainda que muitos desses temas também caracterizassem a teoria arquitetônica do período anterior, pode-se argumentar que tanto o lugar como o corpo não eram reconhecidos no Movimento Moderno, por causa do enfoque que visava acomodar o coletivo acima do individual, expresso numa linguagem universal(...) (NESBITT, 1996, p. 40, ênfase no original. Tradução livre).

O que mais interessa ressaltar, contudo, é que, lugar, como tema do pós-modernismo, se enquadra num enfoque fenomenológico – como claramente enfatizado na citação. Ou seja: nota-se que ocorre uma *variação* no enfoque que o ideário urbanístico dá a *lugar*, especialmente em termos da aproximação fenomenológica que passa a ser conferida ao tópico.

São igualmente marcantes da temporalidade pós-moderna os crescentes pontos de contato entre a Fenomenologia e a Arquitetura-Urbanismo, como bem o demonstra, por exemplo, o cultuado estudo das relações fenomenológicas levado a efeito pelo arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz. Este, como se recorda, embasa suas ponderações na obra do filósofo alemão Martin Heidegger e, ao fazê-lo, promove as primeiras teorizações de cunho existencial da Arquitetura-Urbanismo sobre o tema de *lugar*. Conceitua *lugar* de modo a considerá-lo como algo mais do que uma mera localização espacial:

Sendo totalidades qualitativas de natureza complexa, os lugares não podem ser descritos por meio de conceitos analíticos “científicos”. Por princípio, a ciência se abstrai de dados para poder alcançar a neutralidade de um conhecimento “objetivo”. O que se perde com isso, entretanto, é o cotidiano, que deveria ser o real objeto de preocupação do ser humano, em geral, e, de arquitetos e planejadores, em particular. Felizmente, há uma saída para o impasse, qual seja, o método conhecido como fenomenologia. (NORBERG-SCHULZ, 1996, p. 415, tradução livre).

Dessa leitura resta suficientemente clara a aproximação entre o “everyday life-world” mencionado por Norberg-Schulz, e os “fenômenos cotidianos” de registro tão crucial para o acerto das decisões urbanísticas, como afirmam autores de acentuado teor humanístico (especialmente, De CERTEAU, 1994). Desta forma, espaço visto como geometria tri-dimensional

deve ser distinguido de espaço visto como campo existencial. A vida humana e os fatos da arquitetura nela envolvidos – isto é, a experiência cotidiana que se pratica numa totalidade tri-dimensional – se realizam concretamente em espaços e esses espaços se diferenciam qualitativamente. Materializado o *genius loci* porventura imerso naquele espaço, é, então, sua singular presença que se revela como *lugar* (NORBERG-SCHULZ, 1980). O peso fenomenológico que o conceito encerra vê-se consideravelmente aumentado: *lugar* é consagrado como conceito urbano de natureza fenomenológica. A cidade, percebida por suas características de produção de bens e serviços é, também, percebida por suas características de produção de experiências humanas. Experiências que se processam em uma rede de lugares: lugares que se preocupam com humanismo e com a concretização do espaço existencial, de que fala Norberg-Schulz (1996). A compreensão de *lugar* como fenômeno passa vigorosamente a pressionar com cada vez maior intensidade as ponderações da intelectualidade arquitetônico-urbanística da época. O conceito de lugar para autores como Stephen Carr, Kevin Lynch e Aldo Rossi – além de Christian Norberg-Schulz -, para lembrar apenas alguns dos pioneiros mais próximos a essa corrente de pensamento, são claramente indicativos da influência que a abordagem fenomenológica passa a exercer na conceituação de lugar no ideário urbanístico. São, igualmente, reveladores da forte necessidade da inclusão de outras disciplinas nas tentativas de se explicar *lugar*. A Lynch costuma-se atribuir a abertura de novas perspectivas teórico-metodológicas sobre lugares urbanos, principalmente quando o planejador urbano ressalta o quê esses espaços qualificados (os bons lugares) representam para os cidadãos: “Um bom lugar é aquele que, de um certo modo, apropriado a uma pessoa e a sua cultura, a torna consciente de sua comunidade, de seu passado, da trama da vida, e do universo de tempo e espaço na qual está contida” (LYNCH, 1982, p. 142, tradução livre).

Já para Stephen Carr, os lugares – ou seja, os espaços urbanos com significado – seriam

(...)aqueles que permitem às pessoas fazer fortes conexões entre o lugar, suas vidas pessoais, e o mundo a seu redor. Eles se relacionam com o contexto físico e social. Essas conexões podem se dar em relação à cultura ou à história relevantes da pessoa, a suas realidades biológicas e psicológicas(...)(CARR et al., 1995, p. 20, tradução livre).

Para Rossi, por sua vez, a significação do lugar reside não em sua função, mas nas memórias a ele associadas e em suas relações com outros fenômenos. O arquiteto nota a

precisão do *locus* como um facto singular determinado pelo espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pela sua forma (...), pela sua memória. (...) obrigam a brevemente nos determos sobre o estudo das relações entre o lugar e o homem; a ver, por conseqüência, as relações com a ecologia e a psicologia. (ROSSI, 1977, p. 143).

Por outro lado, um aspecto particularmente importante suscitado

pela abordagem fenomenológica que hoje é dada a lugar é o de ter acentuado o foco sobre as investigações do papel que desempenha a *percepção do ambiente urbano* – o de tentar apreender de modo mais aprofundado como a população percebe o ambiente – de modo a ajudar a identificar os estímulos ambientais que mais impressionam as pessoas, a ponto de lhes fazer *sentir a experiência de urbanidade*.

A CLONAGEM DO LUGAR DA URBANIDADE

Com a decidida adoção do “*approach*” fenomenológico desponta, em nossa disciplina, a idéia de investigar a *percepção* dos usuários ao viverem suas experiências cotidianas nos espaços da cidade, como um meio para melhor entender os fatos determinantes das relações entre as pessoas e o ambiente urbano. Nisto, assume importância fundamental a captação das informações emitidas pelo contexto ambiental, tarefa que pode ser manejada com relativa presteza por meio de métodos e técnicas de percepção ambiental, através dos quais, se torna viável alcançar um acompanhamento bastante revelador sobre os fenômenos contextuais – isto é, dos fenômenos do cotidiano – fenômenos que podem ser registrados e captados através da fenomenologia da percepção, como postula Merleau-Ponty (1996).

É possível aceitar-se, então, que por trás da identificação de um *lugar* encontre-se presente todo um processo de valoração do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm (ou que virão adquirir) a respeito desse espaço. Mas, e o quê fornece as bases para que essa percepção se desenvolva? É a presença de *estímulos ambientais*. Estímulos das mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do ambiente, como igualmente com sua natureza subjetiva – imaterial e imponderável. E expressos – substancialmente – como produto das interações entre as pessoas e o ambiente. Além disso, as informações obtidas pela pesquisa em percepção ambiental poderão balizar as próprias diretrizes dos projetos de *lugar*. Estes podem se valer da estratégia de ressaltar ou, simplesmente, *empregar os estímulos percebidos* de antemão como os mais marcantes do ambiente onde se desenvolve o projeto, utilizando-os como elementos componentes da estrutura ambiental – sejam naturais, culturais, materiais, imateriais. Por outro lado, os projetos de lugar podem, também, se valer da tática de *estimular uma determinada percepção*, introduzindo, de maneira intencional, novos elementos que irão integrar e integrar-se à estrutura ambiental projetada, tática esta que melhor caracteriza os projetos de *lugar* nas cidades da virada do 3º milênio.

Com isso – e para fins de elaboração teórica – se está distinguindo a ocorrência de duas dimensões de fenômenos perceptivos afins: a dos *estímulos percebidos*; e a da *percepção estimulada*. Essa dupla dimensão é de interesse capital para o presente trabalho, pois nela está embutido um conjunto de questões-chave no que é aqui discutido, como, por

exemplo, indagar se o emprego da percepção estimulada no projeto dos novos lugares poderá produzir espécimes que irão desempenhar o papel tradicionalmente atribuído a um *lugar da urbanidade*, tornando-se percebidos e apropriados como tal diante de seus usuários? ou, se o resultado advindo das provocações desenhadas intencionalmente de maneira a influenciar a percepção das pessoas sobre os novos lugares urbanos será o de um verdadeiro *lugar urbano*?

Nesse contexto insinua-se uma possível analogia entre o lugar da urbanidade propriamente dito e a *clonagem* de um lugar da urbanidade. Claro, a escolha da expressão “clonagem” neste trabalho tem a ver com a potencialidade que a palavra contém para estabelecer ilações entre fenômenos que ocorrem em certas áreas científicas como, por exemplo, a da biotecnologia, com fenômenos assemelhados e que se encontram em ação no campo da Arquitetura-Urbanismo. A expressão é empregada com a precisa intenção de invocar e revigorar o forte componente *humano* que integra as ações arquitetônico-urbanísticas por sua associação direta ao exercício da vida, já que, algumas vezes, essa conotação se apresenta como que esmaecida nas considerações exercidas pela crítica da área – quando não, posta inteiramente de lado. É sabido que a área de Arquitetura-Urbanismo está sediada junto às Ciências Sociais Aplicadas, que tratam precisamente do exercício da vida humana em suas relações com outros seres humanos no espaço: estudam a vida social, a estrutura e a organização da sociedade e as relações entre a sociedade e o espaço que por ela é usado para o exercício das diferentes atividades que realiza. Não parece, portanto, despropositado nem sensacionalista usar a expressão “clonagem” – comumente empregada quando se está frente à criação de vida – com o que está a acontecer na área de Arquitetura-Urbanismo, pois nela também se está lidando com vida humana – e com os *lugares* onde essa vida pode ser vivida – lugares que viabilizam o exercício *existencial*.

As questões acima enunciadas passam então a adquirir conteúdos mais finamente delineados: é aceitável que a *clonagem de um lugar da urbanidade* gere um *novo lugar da urbanidade*? É possível que os *lugares da clonagem* se tornem *lugares da urbanidade*?

Uma vez pautadas essas inquietações, é interessante mergulhar um pouco mais profundamente no universo das questões conceituais que circundam o tema do *lugar* – e que já se encontram em estágios mais elaborados em outras disciplinas.

O LUGAR DO LUGAR NOS ESTUDOS URBANOS

Há várias disciplinas que abordam *lugar*. Cada uma o faz de acordo com seu próprio *rationale*. Assim, há uma interpretação *psicológica* do conceito, uma interpretação *arquitetônico-urbanística*, uma interpretação *antropológica*, e assim por diante. Com isso já se tornou possível alcançar um considerável acervo de informações sobre lugar, principalmente a partir de estudos oriundos de campos como Geografia,

Sociologia, Antropologia e Psicologia. Mas, estes são apenas alguns dos campos com os quais o *lugar* se relaciona. Uma olhada no conteúdo de algumas outras disciplinas permite nelas encontrar abordagens até certo ponto incomuns a respeito de *lugar*. Ou, mesmo, abordagens que não vêm recebendo, das disciplinas mais comumente associadas ao estudo do *lugar*, a atenção suficientemente aprofundada que estão a exigir. É o caso das implicações que áreas como Economia, Administração, Marketing, Direito e, até Política, podem estabelecer com o conceito de lugar e que, muitas vezes, ou passam despercebidas, ou permanecem apenas insinuadas. A relação, entretanto, existe, e pode ser mais bem explicada quando contrastada com as correntes urbanísticas que marcam os últimos anos do século XX, cuja compleição, marcadamente econômico-comunicacional, faz reflexionar mais fortemente sobre a extraordinária importância do papel desempenhado por *lugar* – e a construção de lugar – no *marketing* urbanístico e na *administração* da cidade contemporânea.⁴

● ACOLHIMENTO AO NOVO LUGAR EM NOSSA DISCIPLINA

Mesmo frente ao excessivo laconismo do comentário precedente – obviamente causado pelos limites de extensão deste texto – parece ficar bem insinuada a importância que um enfoque *trans*-disciplinar pode trazer ao estudo de *lugar*: há muito que aprender ao se espiar no conteúdo das disciplinas que circundam o campo de lugar, como – resumidamente – se observará a seguir.

Do extenso universo das Geografias – aí incluídas, por exemplo, a geografia social, humanística, do comércio, política, radical, econômica, física, entre outras – vê-se, com ninguém menos que o reputado geógrafo chinês radicado nos Estados Unidos, Yi-Fu Tuan, que o tão criticado *escapismo* que costuma ser associado aos *lugares da clonagem* que se espalham nas cidades de hoje, não mais é do que uma manifestação espontânea de um ato humano. Isto, por si só, já traz algum conforto a muitos pesquisadores, isentando-os de boa parte da culpa que os aflige quando optam pelo estudo dos lugares da clonagem em seus trabalhos. Tuan, além disso, ensina habilmente que a percepção do que é um *lugar* pode experimentar *variações* ao longo do tempo, e, para fazê-lo, alerta que foi preciso atravessar um século inteiro para que a Torre Eiffel passasse a ser percebida pelos franceses como o é agora, legitimada como o lugar de qualidade urbana que hoje ostenta (TUAN, 1980). Assim como essa torre, muitos e muitos outros exemplares de lugares mundo afora foram também sujeitos a críticas das mais cáusticas, mas, muitos deles – ao longo da apropriação popular que foram experimentando – acabaram moldando a percepção que os agraciou com o qualificativo de *lugar*.

Outro nome consagrado da Geografia, Edward Relph, traz outra contribuição animadora. Autor de um livro que se tornou antológico, “Place and Placelessness”, Relph, que foi um dos grandes alimentadores dos críticos dos lugares da clonagem ao lhes pôr nos lábios o neologismo “placelessness” lançado em seu livro, vinte anos mais tarde, em artigo

onde se dispõe a fazer “Reflections on Place and Placelessness”, se antepõe com veemência à posição maniqueísta que antes adotara entre *lugaridade* e *não-lugaridade*. Revisando com olhos críticos seu próprio trabalho, o geógrafo acaba apontando, paradoxalmente, para a existência de aspectos negativos vinculados a “places” e a inesperados aspectos positivos trazidos pela “placelessness” (RELPH, 1996).

Ainda atrelado à Geografia, resta interessante registrar a força que o estudo do lugar está readquirindo na área, tornando-se flagrante o papel re-emergente que o conceito volta a suscitar até mesmo em autores mais consistentemente engajados na Geografia marxista radical, que, como David Harvey,

(...) o qual descartava lugar como um conceito para os ideologicamente cegos e enganados, agora trombeteia lugar como o terreno com maior potencial para o desenvolvimento da consciência política, ou, do que ele se refere como o centro da “militância particularizada” (ENTRIKIN, 2001, p.434, tradução livre).

Susan Fainstein (1999; 2001), da área do Planejamento Urbano e Regional, oferece uma visão abrangente de *lugar* ao associar o conceito a uma diversidade de fatores nos quais convergem aspectos básicos das ciências sociais aplicadas:

Lugar é um componente crucial do bem-estar humano por diversas razões: (1) Fornece a base para uma congregação de pessoas; (2) é um local de consumo e de desenvolvimento econômico; (3) é o lócus da representação política; (iv) é a arena aonde as políticas públicas atuam sobre as pessoas (FAINSTEIN 2001, p.202, tradução livre).

Ao ilustrar suas idéias, Fainstein traz uma visão totalmente revolucionária do papel econômico que os lugares da clonagem exercem na cidade de hoje. Também em sua visão, Administração, Direito, Marketing, Turismo e Política não estão ausentes da abrangência do conceito de lugar, originando, na clássica concepção de lugar como *construção social*, uma oportuna brecha para viabilizar uma *construção econômica* de lugar.

Indiscutivelmente, uma das interfaces mais cruciais com o conceito de lugar se localiza na interação que *lugar* estabelece com os temas da Psicologia. Ali, uma sub-disciplina, a Psicologia Ambiental, ganha destaque por manter uma aproximação bastante direta com a noção de lugar. Na verdade, uma das mais precoces conceituações de *lugar* procede da própria Psicologia. David Canter, em 1977, já na primeira página de seu conhecido livro “The Psychology of Place”, explica que a discussão do seu trabalho “É sobre aquelas unidades de experiências dentro das quais atividades e formas físicas se tornam amalgamadas” (CANTER, 1977, p. 1). Ou seja, daquelas unidades socio-físicas de experiências ambientais, que traduzem um “pattern” eco-comportamental presente no ambiente.

Esta seria basicamente a consideração que preenche um dos *constructos* mais estáveis da psicologia ambiental, a idéia de “behaviour settings”, conceito que guarda boa correspondência com a atual noção



2
South Street Seaport, Nova York: a reurbanização da antiga área portuária resultou numa apropriação intensa por parte da população e visitantes, acompanhada por significativa expressão econômica. Projeto: James Rouse Company.

Foto: Lucas Welter.



3
Reurbanização do antigo mercado de Covent Garden, Londres.

Foto: Lineu Castello.

de lugar. Entre os autores mais recentes da área, um destaque deve ser atribuído ao conjunto da obra dos pesquisadores italianos Mirilia Bonnes e Bernardo Secchiarioli (1995), pelo interesse específico que demonstram em estabelecer aproximações com a área de Arquitetura-Urbanismo. Os autores vêem precisamente no *constructo de lugar* um dos caminhos com maiores possibilidades para alcançar dessa aproximação.

John Hannigan (1998) traz da Sociologia Urbana o entendimento de que os lugares da fantasia – como os denomina – são intensos geradores de sociabilização entre os cidadãos. E que mesmo junto à sua aparente máscara de seletividade, tais lugares são *permeáveis* a uma apropriação pública *generalizada*.

Também da Sociologia, Sharon Zukin (1991; 1996) reforça o relativo ajuste que se deve conceder ao conceito de espaços públicos e privados nas cidades de hoje. Muitos desses espaços, embora legalmente privados, mostram-se crescentemente *percebidos* como espaços públicos *de facto*, o que possibilitaria sua apropriação como *lugar*.

Uma visão assim mais contemporânea sobre as nuances entre público e privado na cidade de hoje é encontrada também na Sociologia brasileira mais recente. O sociólogo Rogério Proença Leite, por exemplo, traz importante contribuição em relação à reurbanização de lugares históricos. Esta atividade é, com frequência, acusada de acarretar “gentrification” – e são vários os casos onde a substituição de usuários realmente ocorre, à medida que progride a implantação da reurbanização. Entretanto, Leite aponta, convincentemente, para o surgimento de um outro tipo de fenômeno que ele chama de *usos e contra-usos*, explicando que:

O argumento central é que os usos e contra-usos dos espaços de gentrification constituem lugares e que estes qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os tornam centros de disputas práticas e simbólicas pelo reconhecimento político e pela visibilidade pública das diferenças. (LEITE, 2002, p. 172, ênfase no original).

Ou seja: a conjunção desses dois tipos – dos novos usos previstos pelo projeto de reurbanização; e o dos contra-usos que se estabelecem espontaneamente por parte dos usuários envolvidos – termina por introduzir, nos novos espaços, sua reativação como espaços verdadeiramente públicos – como *lugares*.

Também da área sócio-antropológica brasileira, enunciada pelas autoras Maria Isabel Mendes de Almeida e Kátia de Almeida Tracy, procede outra ponderação necessária e muito oportuna, quando discorrem sobre a pesquisa que desenvolvem em relação ao acompanhamento dos *circuitos* da “noite” no Rio de Janeiro. Nela, observam as mudanças perceptivas sobre o irromper de uma importante variação nos estudos de lugar, a do lugar *em deslocamento*, uma categoria de substancial significado no poderoso componente que hoje é constituído pelo papel dos *fluxos* na sociedade contemporânea. De fato, a compreensão de que o componente dinâmico necessita ser aproximado aos *lugares* de hoje já é, por si só, um mérito indiscutível avançado pelas autoras. Aliás, nesse sentido, como já



4a e 4b

Gramado, RS: a criação da “Rua Coberta” em conjugação com o “Palácio dos Festivais” gerou um dos lugares mais concorridos da cidade.

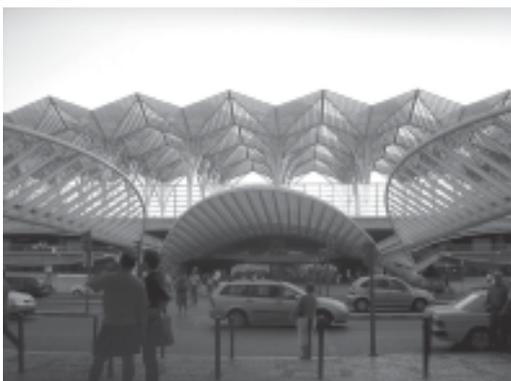
Foto: Lineu Castello.



5a e 5b

Port Vell, Barcelona: a reurbanização do complexo portuário incluiu o shopping Maremagnum, rapidamente absorvido entre os lugares (semi)privados mais apreciados.

Foto: Lineu Castello.

**6a e 6b**

O Parque das Nações transcende o domínio privado de seus numerosos equipamentos, criados para a EXPO-98 SA (Projeto: Vassalo Rosa e Manuel Salgado) e hoje já se integra ao repertório de lugares “públicos” de Lisboa para o que, muito contribuem as presenças do *shopping Vasco da Gama* e da *Estação Intermodal do Oriente*, de Santiago Calatrava.

Fotos: Lineu Castello.

havia notado Leach, parece haver hoje uma preocupante lacuna, devido às “(...) noções mais estáticas de ‘dwelling’ que emanam do discurso Heideggeriano, que parecem tão deslocadas junto a uma sociedade do movimento e do deslocamento” (LEACH, 2002, p. 9). Talvez por aí se encontre um caminho pelo qual introduzir o necessário *aggiornamento* ao clássico entendimento do *construir-morar-habitar* – isto é, ao “dwelling” heideggeriano de que fala Choay (1979) – com o qual Norberg-Schulz consubstancia sua noção de lugar.⁵

Outra revisão originária do campo antropológico digna de atenção é a que contesta a difundida queixa de que os novos lugares seriam *não-lugares*, como pensava Marc Augé. A idéia foi recentemente re-elaborada, dela resultando uma clara desaprovação aos argumentos de Augé (JOSEPH, 1994 apud ASCHER, 1995, p. 345, n. 46).

Finalmente, também na Filosofia estão presentes notáveis revisões sobre o conceito de *lugar*, fazendo refletir que é indiferente se o *lugar* é gerado como estratégia econômica ou como elucubração subjetiva: o *lugar* é sempre existencial, ele é nossa interação com onde estamos, é nossa correlação conosco, “(...) de modo que se possa finalmente encontrá-lo, encontrando então nossos ‘selves’ que são inescapavelmente ‘lugarizados’” (CASEY, 1998, p. 286, tradução livre). É ainda do mesmo filósofo uma reflexão que parece acomodar confortavelmente muitos dos fenômenos presentes nos lugares atuais. Casey observa que o lugar seria algo “eventual, algo em processamento, não confinável a uma coisa. Ou a uma simples localização (...). A primazia de lugar não é aquela do *lugar*, muito menos deste *lugar* ou de um *lugar* – mas, sim a de ser um evento que é capaz de lugarizar coisas” (CASEY, 1998, p. 337, tradução livre).

Enfim, parece recorrente disso tudo que à medida que se aprofunda a compreensão dos novos *lugares*, transparece com maior vigor a idéia de que muitas das críticas não têm força de dogma. Pelo contrário, aprende-se, como uma lição crucial, que mesmo os outros campos de conhecimento que abordam lugar admitem algum tipo de *segunda interpretação* quanto às eventuais qualidades que os *lugares da clonagem*, tão característicos da sociedade pós-moderna, conseguem agregar.

Claro, não será demais recordar que o tempo do *lugar* aqui contemplado é *hoje*. E que as características do tempo de hoje ajudam – e muito – a explicar os tipos de lugar que a cidade atual apresenta. Pois a cidade de hoje é reflexo de um sistema de vida adotado por um mundo que se globaliza e que traz no bojo dessa globalização, transformações suficientemente profundas a ponto de caracterizar uma mutação social, como observa o filósofo francês François Ascher (2001). Segundo ele, as mutações que a sociedade experimenta ao evoluir na direção de uma nova fase da Modernidade implicam uma verdadeira revolução na maneira de viver nas cidades. De fato,

Essas mutações implicam e tornam necessárias mudanças importantes na concepção, produção e gestão das cidades e territórios; elas põem na ordem do dia uma nova revolução urbana moderna, a

**7**

Reurbanização do antigo Bairro do Recife, em Recife, PE: os usos e os contra-usos qualificam os espaços urbanos de provável “gentrification” transformando-os em *lugares de apropriação pública*. Plano de Revitalização: Silvio Zanchetti.

Foto: Lineu Castello.

terceira depois daquela da cidade clássica e a da cidade industrial (ASCHER, 2004, p. 8, tradução livre).

Nessa terceira revolução urbana será necessário encarar os *lugares* – essas porções qualificadas de cidade – também sob o prisma das mudanças essenciais que se estabelecem na concepção, na produção e na gestão das cidades. Os lugares dos modelos urbanos antecessores (o modelo “clássico” e o modelo “fordista-keynesio-corbusiano”), como postula Ascher (2004, p. 21) devem logicamente *abrir lugar a um novo lugar*, o lugar de uma sociedade que se move de um estágio do capitalismo industrial e ingressa num capitalismo de uma economia cognitiva (ASCHER, 2004, p. 42). Uma conclusão desponta como evidente: a sociedade, de fato, mudou. E, como diz Koolhaas (1996, p. 45), mudou também para os arquitetos que, com incrível moralismo, recusam os sinais de que os lugares públicos estão sendo reinventados em outros termos – mais populares ou mais comerciais. São lugares geneticamente modificados, mas, nem por isso, deixam de ser lugares. Só que o entendimento de sua construção transformou-se num processo complexo que demanda necessariamente, para sua compreensão, o emprego da multiplicidade de dimensões envolvidas na atual concepção de *lugar* – pelo menos – as dimensões sócio-psicológica, gerencial-mercadológica, e arquitetônico-urbanística.

NOTAS

¹ Ou seja, no entendimento do autor, a qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que estas fazem do ambiente urbano público, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação de que está imbuído esse ambiente.

² Ver Castello, L., Há lugar para o lugar na Cidade do Século XXI?. In ARQTEXTOS No 5, 2004, p.50-59.

³ Para melhor ilustrar seu ponto, Neil Leach menciona, além disso, as duas correntes observadas por Habermas que, ainda que opostas, compartilham uma plataforma comum em sua relação ao Modernismo: uma, que rejeita de maneira irrestrita os dogmas modernistas e propõe uma revitalização histórica por meio de um neo-historicismo; e, outra, que apóia uma continuidade crítica por meio de um permanente re-trabalhar e um progressivo revigoramento do movimento modernista (HABERMAS, 1997, p. 227-228).

⁴ Para uma abordagem mais pormenorizada a respeito das inter-relações que várias outras disciplinas mantêm com o conceito de lugar – e as conseqüentes variações que acabam introduzindo no entendimento do conceito, especialmente na Arquitetura-Urbanismo, ver: CASTELLO, Lineu. Repensando o lugar no Projeto Urbano. Variações na Percepção de lugar na Virada do Milênio (1985-2004). Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005.

⁵ Para contornar este desconforto, Leach propõe a introdução a lugar de um conceito que assimila o movimento, ao qual ele chama de “belonging”. O conceito se baseia na visão que a teórica de gênero Judith Butler elabora sobre a noção de “performatividade” da transitoriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François. *Metapolis ou l'Avenir des Villes*. Paris : Éditions Odile Jacob, 1995.
- ASCHER, François. *Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs. Essai sur la société contemporaine*. Éditions de l'Aube, 2001.
- ASCHER, François. *Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme*. Éditions de l'Aube, 2004 (édition de poche).
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- BONNES, Miríflia; SECCHIAROLI, Gianfranco. *Environmental Psychology*. Londres: Sage, 1995.
- CANTER, David. *The Psychology of Place*. Londres: Architectural Press, 1977.
- CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. *Public Places - Urban Spaces*. Oxford: Architectural Press, 2003.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne; STONE, Andrew. *Public Space*. Environment and Behavior Series (Editores: David Stokols; Irwin Altman). Publicado originalmente em 1992. 2ª ed. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1995.
- CASEY, Edward S.. *The Fate of Place. A Philosophical Story*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.
- CASTELLO, Lineu. *Repensando o lugar no Projeto Urbano. Variações na Percepção de lugar na Virada do Milênio (1985-2004)*. Tese de doutorado. Professor Orientador: Vicente Del Rio. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo. Utopias e realidades. Uma Antologia*. Tradução: Dafne Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ELLIN, Nan. *Postmodern Urbanism*. Revised edition. Nova York: Princeton Architectural Press, 1999.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. *Geographer as Humanist*. In ADAMS, Paul; HOELSCHER, Steven; TILL, Karen (Eds.). *Textures of Place. Exploring Humanist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. 426-440.
- FAINSTEIN, Susan & JUDD, Dennis. *Global Forces, Local Strategies, and Urban Tourism*. In JUDD, D.; FAINSTEIN, S. (Eds.). *The Tourist City*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1999, p. 1-17.
- FAINSTEIN, Susan. *The City Builders. Property Development in New York and London, 1980-2000*. (Publicado originalmente com o título *The City Builders: Property, Politics, and Planning in London and New York*. Oxford, Reino Unido/Cambridge, MA: Blackwell, 1994). 2ª ed. Lawrence, Kansas: The University Press of Kansas, 2001.
- FOSTER, Hal (Ed.). *Preface*. *Postmodern Culture*. Londres: Pluto Press, 1985, p.ix-x.
- HABERMAS, Jürgen. *Modern and Postmodern Architecture*. (Publicado originalmente em 9H, Nº4, 1982, p. 9-14). Transcrito em LEACH, N. (Ed.). *Rethinking Architecture. A Reader in Cultural Theory*. Londres e Nova York: Routledge, 1997.
- HANNIGAN, John. *Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*. Londres: Routledge, 1998.
- HUGHES, Robert. *The Shock of the New. Art and the Century of Change*. Londres: British Broadcasting Corporation, 1980.
- JOSEPH, Isaac. *Espaces Publics. Actes du Séminaire*. Paris: Éditions du Plan Urbain, Ministère de l'Équipement, 1994.
- KOOLHAAS, Rem. *Rem Koolhaas: Conversations With Students. Architecture at Rice 30*. 2ª ed. Houston, TX/Nova York: Rice University School of Architecture/Princeton Architectural Press, 1996.
- LEACH, Neil (Ed.). *Rethinking Architecture. A Reader in Cultural Theory*. Londres: Routledge, 1997.
- LEACH, Neil. *Belonging*. Palestra proferida na "8th International Conference of the International Association for the Study of Traditional Environments". In ALLSAYYAD, Nezar (Ed.). *[Un]Bounding Tradition: The Tensions of Borders and Regions*. TDSR, Vol. XIV, nº1 (outono), 2002, p. 9
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e Espaço Público: Notas Sobre a Construção Social dos lugares na Mangueatown*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 17, nº 49, junho 2002, p. 115-172.
- LYNCH, Kevin. *A Theory of Good City Form*. Cambridge, MA: The M.I.T. Press, 1982.
- MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel; TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites Nômades. Espaço e Subjetividade nas Culturas Jovens Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução: Carlos A.Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NESBITT, Kate (ed.). *Theorizing a New Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.
- NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. Nova York: Rizzoli, 1980.
- NORBERG-SCHULTZ, Christian. *The Phenomenon of Place*. (Publicado originalmente em *Architectural Association Quarterly* 8, No.4, 1976). Transcrito em NESBITT, K. (Ed.). *Theorizing a New Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996, p. 414-428.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. Londres: Pion, 1976.
- RELPH, Edward. *Reflections on Place and Placelessness*. *Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter*, vol. 7, Nº 3, outono 1996, p. 15-18.
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 1977.
- TUAN, Yi Fu. *Rootedness versus Sense of Place*. *Landscape*, vol.24, 1980, p. 3-8.
- TUAN, Yi-Fu. *Escapism*. (Publicado em cooperação com o "Center for American Places", Harrisonburg, Virginia). Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- VENTURI, Robert. *Complexidade e Contradição em Arquitetura*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ZUKIN, Sharon. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder*. Tradução: Silvana Rubino. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania*. Nº 24, 1996, p. 205-219.

Lineu Castello

Professor Titular em Urbanismo, Pesquisador CNPq, Consultor Editorial para a "Encyclopedia of the City", publicada por Routledge (Londres/ Nova York, 2005). e-mail: lineucastello@terra.com.br